

memória

em destaque

Vestes Talares - Trajes que caracterizam membros do Ministério Público

O uso das vestes talares é uma forma de conferir solenidade e respeito aos atos judiciários. A beca e a toga constituem um sinal do sacerdócio dos defensores do Direito e da Justiça

As vestes talares são trajes que remontam aos sacerdotes da Roma antiga. A palavra talar vem do latim, *talus*, que significa talão ou calcanhar. Entre as vestes talares estão a toga, usada pelo juiz de Direito, e a beca, usada por magistrados, advogados e membros do Ministério Público.

A beca pode ser composta de uma corda trançada com fios de seda, chamada torçal; por um pingente em forma de sino, chamado borla, feito da mesma corda trançada; pelas rosetas, que são botões paralelos na altura do peito, e por alamares, formados quando as cordas trançadas cruzam o peito e ficam presas nos botões frontais.

O preto da vestimenta remete à ideia de abnegação do indivíduo, que, no rito processual, não representa ele mesmo, mas uma instituição ou um cargo. Já as cores dos detalhes variam conforme o usuário da veste. O branco, usado pelo juiz, significa a imparcialidade na aplicação da lei. A cor vermelha, do Ministério Público, representa o rigor na aplicação da lei. O verde, dos advogados, é a cor da esperança de resolução de conflitos baseada na aplicação da lei.

Memorial

As becas expostas no Memorial do Ministério Público de Minas Gerais foram doadas pelo procurador de Justiça Joaquim Cabral Netto, sendo uma delas de gala e a outra, ordinária.

A beca de gala é utilizada em sessões solenes, como a posse do procurador-geral de Justiça, dos membros da Câmara de Procuradores ou do Conselho Superior do Ministério Público. Ela é composta de três peças: capa preta, faixa vermelha e sobrecapa, sendo comum o uso da borla vermelha com dois pingentes caso seu portador seja um procurador de Justiça.

Nas demais sessões dos Órgãos Colegiados, utiliza-se a veste ordinária, constituída de uma única peça, a faixa vermelha e a borla vermelha com dois pingentes. Nas sessões do Tribunal do Júri, o promotor de Justiça utiliza a veste ordinária, a faixa vermelha e o torçal com apenas um pingente.



Origem

A tradição de uso da beca teria suas raízes nas universidades europeias, a partir do século XIII, com o aparecimento da figura do reitor. Posteriormente, foi utilizada também como forma de igualar a aparência dos estudantes. Em Portugal, os registros mais antigos de utilização da beca judiciária são da passagem do século XIV para o século XV. No Brasil, um decreto federal de 1854 regulamentou, pela primeira vez, o uso da vestimenta por magistrados e promotores públicos no exercício de suas funções e em solenidades.